



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2013**

EDITAL Nº 22/2013

PROVA OBJETIVA

DIREITO – 6º PERÍODO

Leia atentamente as instruções a seguir.

1. Ao receber o caderno de provas, verifique se corresponde ao curso e período escolhidos. Verifique também os dados pessoais do candidato no cartão de resposta.
2. A prova é composta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas agrupadas de “a” a “d”.
3. Marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use cartão de resposta, único documento válido para a correção das suas respostas.
4. Verifique se o caderno de provas possui o número de questões correspondentes. Caso o caderno esteja incompleto, apresente qualquer defeito ou divergência nos dados pessoais no cartão de resposta, solicite ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis. Somente serão atendidos os pedidos de substituição do caderno de provas ou do cartão de resposta nos primeiros 60 (sessenta) minutos.
5. Não será permitida a substituição do cartão de resposta por erro de marcação do candidato.
6. A prova objetiva terá duração de 4 (quatro) horas, com início às 8 horas e término às 12 horas.
7. O cartão de resposta será entregue após o início da prova e deverá ser conferido e assinado à vista dos fiscais.
8. O preenchimento do cartão de resposta deverá ser feito exclusivamente pelo candidato, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.
9. Caso o candidato marque mais de uma opção como correta, a questão será anulada.
10. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação;
11. Será desclassificado o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.
12. De igual forma, será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.
13. O cartão de resposta deverá ser entregue pelo candidato ao fiscal de sala.
14. O candidato que entregar o cartão de resposta não poderá retornar ao recinto.
15. O candidato somente poderá levar seu caderno de provas nos últimos 30 (trinta) minutos de prova.
16. O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pela Ufac.
17. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu caderno de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura.
18. É permitida a reprodução desse material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Questão 1. A ação penal adesiva é aquela que:

- a) A vítima poderá ajuizar caso o Ministério Público não a exerça no prazo decadencial previsto em lei.
- b) Permite a atuação conjunta no pólo ativo entre Ministério Público e querelante quando houver conexão ou continência entre crimes de ação penal pública e ação penal privada.
- c) O Ministério Público poderá ajuizar nos delitos sujeitos à ação penal privada caso a vítima não exerça no prazo decadencial previsto em lei.
- d) Possibilita a mutação da natureza da ação penal de privada para pública condicionada à representação nas hipóteses previstas em lei.

Questão 2. No tocante à ação civil ex delicto, é INCORRETO afirmar que:

- a) A legitimidade ativa para a propositura da ação é da vítima, do seu representante legal ou herdeiros.
- b) Apesar da sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
- c) A competência para apreciá-la é do mesmo juízo criminal prolator do édito condenatório.
- d) O prazo de prescrição para o ajuizamento é de 3 anos contados a partir da sentença penal transitada em julgado.

Questão 3. No Direito Processual Penal, quanto à competência, estão corretas todas as assertivas, exceto:

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Quando o último ato de execução for praticado fora do Território Nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devida produzir seu resultado.
- c) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- d) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela distribuição.

Questão 4. No Direito Processual Penal, a competência será determinada pela continência quando:

- a) Duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;
- b) Se, ocorrendo, duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;
- c) Se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;
- d) Quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Questão 5. No que concerne à competência processual penal, a conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, acarretando a separação obrigatória:

- a) O número excessivo de acusados;
- b) O concurso entre a jurisdição comum e a militar;
- c) Quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes;
- d) Quando o juiz reputar conveniente a separação em prol da celeridade processual.

Questão 6. Em relação à jurisdição e competência processual penal, e de acordo com o entendimento sumulado do STJ, pode-se afirmar que:

- a) O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou.
- b) Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
- c) Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
- d) Compete à Justiça Comum Federal processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

Questão 7. No campo processual penal, acerca das questões e processos incidentes pode-se afirmar que:

- a) Se for o crime de ação privada, o Ministério Público, quando necessário, promoverá a ação civil ou prosseguirá na que tiver sido iniciada, com a citação dos interessados.
- b) Se em qualquer fase do processo o juiz reconhecer motivo que o torne incompetente, declará-lo-á nos autos, desde que haja alegação da parte.
- c) A decisão judicial que defere ou indefere o pedido de restituição de coisa apreendida tem natureza definitiva, atacável mediante recurso de apelação.
- d) As exceções serão processadas em autos apartados e, via de regra, suspenderão o andamento da ação penal.

Questão 8. No Direito Processual Penal, quanto às medidas assecuratórias, estão corretas as seguintes assertivas, salvo:

- a) Para a decretação do sequestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.
- b) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, desde que não tenham sido transferidos a terceiro de boa fé.
- c) O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou a queixa.
- d) O sequestro autuar-se-á em apartado e admitirá embargos de terceiros.

Questão 9. No tocante à prova no processo penal é INCORRETO afirmar que:

- a) O juiz pode ordenar, de ofício, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas considerada urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- b) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizadas por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- c) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) A confissão será indivisível e irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

Questão 10. Em relação à liberdade provisória com ou sem fiança é CORRETO afirmar que:

- a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 anos.
- b) A fiança poderá ser prestada em qualquer fase do processo, inclusive após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) Poderá ser concedida a fiança nos delitos de injúria racial.
- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando reconhecida a existência de delito inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito.

Questão 11. A respeito do poder constituinte e reforma da constituição, assinale a opção CORRETA:

- a) Exercício e titularidade do poder constituinte são concepções sinônimas, os quais são atribuídas ao povo.
- b) O poder constituinte derivado ou constituído é caracterizado como incondicionado, por não depender de formas pré-estabelecidas.
- c) Como limite ao poder de reforma da constituição, temos que, matéria constante de proposta de emenda rejeitada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) O poder constituinte reformador é aquele cuja competência reside em elaborar ou modificar as constituições dos Estados-membros.

Questão 12. Sobre o constitucionalismo, as normas constitucionais e a interpretação constitucional, assinale a assertiva CORRETA:

- a) Os elementos ou métodos clássicos de interpretação não são mais considerados autossuficientes para a interpretação das normas constitucionais, sobretudo em razão do conteúdo e linguagem aberta das disposições constitucionais.
- b) Para o constitucionalismo, os princípios constitucionais não possuem normatividade própria, dependendo de regras de complementação ou regulamentação para se tornarem aplicáveis.
- c) O princípio da conformidade ou correção funcional, estabelece que a interpretação constitucional não pode ser limitada em razão da distribuição de funções ou competências entre os órgãos estatais.
- d) Na interpretação das normas constitucionais, o método ou técnica da subsunção é o mais adequado para solução de conflitos entre princípios constitucionais.

Questão 13. Em relação ao controle de constitucionalidade:

- a) Quando contrárias às cláusulas pétreas, mesmo as normas constitucionais originárias, elaboradas pelo Constituinte de 1988, são passíveis de controle de constitucionalidade.
- b) O controle de constitucionalidade concentrado é realizado pela via de exceção ou de defesa, para impugnação da ato considerado inconstitucional.
- c) Ao judiciário incumbe, como regra, o controle de constitucionalidade repressivo, sendo, porém, admitido o controle preventivo, por meio de mandado de segurança impetrado por parlamentar.
- d) Por ter vigência temporária, não se admite o controle de constitucionalidade de medida provisória.

Questão 14. Sobre os direitos fundamentais, assinale a opção CORRETA:

- a) Os direitos civis e políticos são considerados direitos fundamentais de segunda geração ou dimensão.
- b) A teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais não é adotada ou aplicada no Brasil.
- c) O princípio da reserva do possível não pode ser utilizado como escusa ao cumprimento de um direito fundamental, sem que haja demonstração objetiva e justificada pelo ente estatal.
- d) Os direitos de primeira geração ou dimensão são aqueles que exigem uma atuação estatal positiva.

Questão 15. Nos termos expressos da Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva que não está inserida dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Assegurar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Questão 16. No que se refere aos direitos individuais e coletivos, assinale a opção CORRETA:

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo admitido o anonimato.
- b) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- c) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão administrativa ou judicial.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

Questão 17. A respeito das ações constitucionais para a tutela dos direitos fundamentais (remédios constitucionais), assinale a opção CORRETA:

a) A ação de habeas data constitui instrumento processual hábil para pleitear informações relativas ao impetrante e a terceiros, bem como a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando concessiva a decisão.

c) É cabível habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

d) Decisão denegatória de mandado de segurança, sem apreciação do mérito, não impede o uso de ação própria para rediscutir o direito pleiteado no mandamus.

Questão 18. Em relação aos instrumentos constitucionais de controle concentrado de constitucionalidade, assinale a opção CORRETA:

a) A ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental veio complementar o sistema de controle concentrado de constitucionalidade, possibilitando o controle de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal, incluídos os anteriores à Constituição.

b) A ação direta de constitucionalidade poderá ser utilizado em face de lei ou ato normativo federal ou estadual.

c) Antes da inclusão do feito em pauta de julgamento, poderá o autor da ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão desistir da ação.

d) Dentre os legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, o governador de estado é considerado legitimado universal, não sendo lhe exigível a demonstração de pertinência temática.

Questão 19. A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo IV do Título IV, atribuiu a determinadas instituições o estatus de funções essenciais à justiça. Nesse contexto, assinale, dentre as alternativas abaixo, a instituição que não está prevista no referido capítulo como função essencial à justiça:

a) Poder Judiciário.

b) Ministério Público.

c) Advocacia Pública.

d) Advocacia Privada.

Questão 20. Considerando a organização do estado brasileiro, sobretudo no que se refere à repartição de competências entre os entes federativos prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta competência legislativa privativa da União:

a) Direito econômico e urbanístico;

b) Orçamento.

c) Produção e consumo.

d) Sistemas de consórcios e sorteios.

Questão 21. A respeito da nacionalidade, assinale a opção CORRETA:

- a) São considerados brasileiros naturalizados, os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por três anos ininterruptos e idoneidade moral.
- b) Não configura hipótese de perda de nacionalidade a aquisição de outra nacionalidade quando decorrente de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
- c) Mediante lei específica é possível estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, além dos casos previstos na Constituição.
- d) Dentre os cargos privativos de brasileiros natos, conforme prevê a Constituição, está o cargo de senador federal.

Questão 22. Tendo em vista as disposições constitucionais sobre o poder legislativo, assinale a opção CORRETA:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio eleitoral proporcional.
- b) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo de impeachment contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estados.
- c) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara dos

Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de dois terços de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo.

d) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, sendo, porém, vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar.

Questão 23. No que tange ao sistema tributário nacional, assinale a opção CORRETA:

- a) Ao Poder Executivo é facultado, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar a alíquota do imposto sobre produtos industrializados.
- b) Tanto o imposto quando a taxa são tributos que possuem vinculação direta e específica a uma atividade ou serviço estatal.
- c) A contribuição de melhoria não é considerado uma espécie tributária.
- d) Em razão da chamada imunidade tributária recíproca, é vedado a União cobrar taxa de serviço sobre patrimônio, renda ou serviços dos outros entes federativos.

Questão 24. São requisitos do ato administrativo, exceto:

- a) Competência;
- b) Motivo;
- c) Imperatividade;
- d) Motivo.

Questão 25. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ato nulo é aquele que nasce com vício sanável e é passível de convalidação;
- b) Ato nulo é aquele que nasce com vício insanável e não é passível de convalidação;
- c) Ato anulável é aquele que apresenta vício insanável e não é passível de convalidação;
- d) Ato anulável é aquele que apresenta vício insanável. Todavia, poder ser convalidado se o vício recair sobre a finalidade ou o motivo do ato.

Questão 26. Sobre as “Cláusulas Exorbitantes”, existentes nos contratos administrativos, assinale a alternativa que não faz parte das prerrogativas de direito público da administração contratante:

- a) Poder de alteração unilateral do contrato;
- b) Aplicação direta de sanções;
- c) Bloqueio de valores na conta bancária da empresa contratada, até o limite da garantia oferecida;
- d) Restrições à oposição da excessão do contrato não cumprido;

Questão 27. A aplicação de sanções pela administração pública, em caso de irregularidade do particular na execução do contrato, independe de prévia manifestação do Poder Judiciário. São exemplos de sanções administrativas previstas na Lei 8.666/1993, EXCETO:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora, por atraso na execução do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

d) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

Questão 28. De acordo com o Art. 22, da Lei 8.666/1993, são modalidades de licitação, EXCETO:

- a) Concorrência;
- b) Tomada de preços;
- c) Concurso;
- d) Pregão.

Questão 29. Assinale a Assertiva INCORRETA, de acordo com o Art. 22, da Lei 8.666/1993:

a) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;

b) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;

c) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas;

d) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias.

Questão 30. De acordo com a Lei 8.666/1993, as modalidades de licitação concorrência, tomada de preços e convite, serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação. Assim, com relação às obras e serviços de engenharia, assinale a alternativa INCORRETA com relação aos valores estipulados na lei em comento e previstos em seu Art. 23:

- a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- b) convite - até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
- c) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- d) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

Questão 31. Em relação aos princípios do processo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo o princípio da instrumentalidade das formas, não se deve aproveitar os atos processuais, mesmo se inexistir prejuízo para as partes, aliado ao atingimento de sua finalidade.
- b) O princípio da economia processual estabelece que, em razão da instrumentalidade do processo o Estado

deverá suportar um gasto exagerado em relação aos bens objeto do litígio.

c) Pelo princípio da imediação, exige-se “o contato direto do juiz com as partes e as provas, a fim de que receba, sem intermediários, o material que se servirá para julgar”.

d) Segundo o princípio do duplo grau de jurisdição indica a impossibilidade de revisão, por via de recuso, das causas já julgadas pelo juiz de primeiro grau.

Questão 32. Sobre competência, analise as assertivas abaixo:

I. Segundo o artigo 87 do CPC, a competência é determinada “[...] no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.” Tal dispositivo expressa o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*. C

II. Segundo o princípio do juiz natural, cabe à lei fixar, previamente ou a posteriori, os critérios a serem utilizados para que se identifique o juízo competente para o processo. E

III. Segundo o critério de competência funcional, o juiz de 1º grau não detém competência revisional, assim como o juízo recursal não tem a competência para examinar a causa diretamente, em razão da supressão da atividade do primeiro grau. C

IV. Se um processo for iniciado na 3ª Vara Cível de Rio Branco/AC e várias ações conexas estiverem tramitando nas Comarcas de Senador Guimard e Acrelândia, para que se reúna as causas em virtude da conexão, será necessário que seja aferido em qual deles ocorreu a primeira citação válida. C

V. O nosso Código de Processo Civil utiliza o critério tripartite para disciplinar a competência. C

Assinale a quantidade de assertivas CORRETAS:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

Questão 33. Sobre as condições a ação, analise as assertivas abaixo:

I. O nosso Código de Processo Civil utiliza a teoria eclética, no que diz respeito às condições da ação.

II. O juiz pode conhecer de ofício a carência da ação, por falta de condições da ação.

III. Não falta interesse de agir se um cidadão narra em uma inicial de mandado de segurança que tem direito a receber de um particular determinado valor em dinheiro.

IV. Segundo o nosso Código de Processo Civil, são condições da ação, legitimidade, possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e juízo competente;

Assinale a quantidade de assertivas INCORRETAS:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

Questão 34. Sobre os requisitos da petição inicial, analise as assertivas abaixo:

I. Em relação aos fatos, o nosso sistema processual adota a teoria da individualização;

II. O valor da causa tem repercussão fiscal, na fixação da competência e do rito, não influenciando, no entanto, na fixação dos honorários advocatícios (artigo 20 CPC);

III. Admite-se pedido genérico quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito;

IV. Segundo o CPC, a chamada cumulação objetiva de pedidos (artigo 292) e incondicionada;

V. Na hipótese de não atendimento dos requisitos dos artigos 282 e 283 do CPC, é vedada a concessão de prazo para que a parte Autora promova Emenda à Inicial;

Assinale a quantidade de assertivas CORRETAS:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

Questão 35. Quanto à resposta do réu, analise as assertivas abaixo:

I. São exemplos de defesas processuais peremptórias as alegações de incompetência ou parcialidade do juízo;

II. As defesas materiais são doutrinariamente classificadas em diretas e indiretas cuja diferença entre elas, em síntese, reside na alegação ou não de fato novo;

III. Segundo o artigo 112 do CPC, na hipótese de incompetência absoluta, cabe ao réu suscitá-la por meio de exceção;

IV. Na dicção do artigo 315 do CPC, inexistente requisito para a apresentação de Reconvenção;

V. Segundo o CPC, ação e reconvenção serão julgadas na mesma sentença;

Assinale a quantidade de assertivas INCORRETAS:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

Questão 36. Em relação à intervenção de terceiros, assinale a opção em que conste apenas formas não espontâneas de intervenção:

- a) chamamento ao processo e oposição;
- b) assistência e denunciação da lide;
- c) nomeação à autoria e oposição
- d) denunciação da lide e chamamento ao processo

Questão 37. Segundo a teoria da prova, analise as assertivas abaixo:

I. Prova é “todo elemento que contribui para formação da convicção do juiz a respeito da existência de determinado fato.”

II. Segundo o princípio da aquisição processual, a prova produzida será utilizada apenas por quem a produziu;

III. A utilização da prova emprestada no processo civil é incondicionada;

IV. No sistema constitucional de *checks and balances* que permeia a Carta Magna do Brasil, a inadmissão de provas obtidas por meios ilícitos (artigo 5º, inciso LVI, CF/88) sempre tem posição de preeminência em relação aos direitos e garantias fundamentais;

V. O CPC adotou o princípio do livre convencimento motivado em seu artigo 131.

Assinale a quantidade de assertivas CORRETAS:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3

Questão 38. Assinale a alternativa CORRETA:

a) em razão da preclusão consumativa, é defeso apresentar segunda contestação, em complemento à primeira, mesmo se o prazo legal para sua apresentação não tiver se exaurido;

b) a preclusão é instituto concebido originariamente para gerar efeitos fora do processo.

c) quando a parte renuncia ao direito de recorrer e no dia seguinte apresenta recurso tempestivo, ocorre o fenômeno da preclusão temporal;

d) haverá preclusão consumativa quando exaurido o prazo legal para a prática de certo ato processual.

Questão 39. Sobre sentença, analise as assertivas abaixo:

- I. Segundo o CPC, sentença é ato do juiz que põe termo ao processo;
- II. Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e acórdãos.
- III. Segundo o artigo 461 do CPC, a sentença ultra petita é passível de nulidade.
- IV. O artigo 128 do CPC consagra o princípio da adstrição ou correlação.
- V. A sentença terminativa obsta a propositura de demanda idêntica.

Assinale a quantidade de assertivas CORRETAS:

- a) 1
b) 2
c) 3
d) 4

Questão 40. Sobre coisa julgada, assinale as assertivas abaixo:

- I. Faz coisa julgada material os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;
- II. Faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- III. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, em nenhuma hipótese;

IV. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

V. Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

Assinale a quantidade de assertivas CORRETAS:

- a) 1
b) 2
c) 3
d) 4

Questão 41. Pelo Código Civil de 2002, são considerados bens imóveis:

- a) o solo e os imóveis por acessão intelectual.
- b) os navios e os imóveis por acessão natural.
- c) os imóveis por acessão natural e artificial.
- d) os imóveis por acessão física, natural e intelectual.

Questão 42. São considerados bens móveis por antecipação:

- a) o veículo que se destina à venda.
- b) as árvores que se destinam ao corte.
- c) as sementes a serem futuramente plantadas.
- d) os materiais destinados a alguma construção.

Questão 43. Assinale a resposta CORRETA:

- a) a energia que tenha valor econômico é considerada como bem imóvel.
- b) o direito à sucessão aberta é considerado bem móvel por determinação da lei.
- c) os semoventes são categorias de bens imóveis suscetíveis de movimento próprio.
- d) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem não perdem o caráter de bem imóvel.

Questão 44. Assinale a resposta INCORRETA:

- a) os bens fungíveis são os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) a Taça Fifa, a ser entregue ao vencedor da Copa do Mundo de 2014, é classificada como bem infungível.
- c) café e presunto, desde que determinados pela quantidade e qualidade, podem ser considerados como bens infungíveis.
- d) A fungibilidade é o resultado da comparação entre duas coisas, que se consideram equivalentes.

Questão 45. Assinale a resposta INCORRETA:

- a) todos os bens destinados à alienação são considerados bens consumíveis.
- b) o desodorante que possuímos em casa é considerado um bem consumível.
- c) roupas são consideradas bens não consumíveis.

- d) luvas descartáveis são consideradas bens não consumíveis.

Questão 46. Marque a resposta CORRETA:

- a) os produtos são utilidades que se retiram da coisa, diminuindo-lhe a quantidade, porque não se reproduzem.
- b) os frutos são utilidades que se retiram da coisa, diminuindo-lhe a quantidade, porque não se reproduzem;
- c) as pertenças são utilidades que se retiram da coisa, diminuindo-lhe a quantidade, porque não se reproduzem;
- d) os semoventes são utilidades que se retiram da coisa, diminuindo-lhe a quantidade, porque não se reproduzem;

Questão 47. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) os frutos pendentes estão unidos à coisa que os gerou.
- b) os frutos percebidos são aqueles que foram separados da coisa que os gerou.
- c) fruto perciendo é sinônimo de fruto percebido.
- d) frutos estantes são aqueles que foram colhidos e estão armazenados ou guardados.

Questão 48. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) pertenças não são partes integrantes;
- b) frutos civil são aqueles produzidos pela própria força orgânica da coisa que os gerou.
- c) os juros e os aluguéis são considerados frutos naturais.

d) salvo disposição em contrário, o acessório sempre segue o principal e vice-versa.

Questão 49. Assinale a alternativa CORRETA.

a) o possuidor de má-fé não tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias.

b) o possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.

c) o possuidor de má-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis.

d) o possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis.

Questão 50. Assinale a alternativa CORRETA:

a) ocorre a representação toda vez que alguém possuir poderes para agir em nome de outra.

b) a outorga de procuração é exemplo clássico de representação legal.

c) tutor e curador são representantes convencionais do tutelado e do curatelado.

d) ocorre a representação judicial quando o juiz outorga procuração para que outrem realize negócio jurídico em seu nome.

Questão 51. Sobre a condição, assinale a alternativa CORRETA:

a) subordina a resolução ou a eficácia do negócio jurídico a evento futuro e certo.

b) mesmo que o evento seja pretérito, existe a condições se este (o evento) for desconhecido das partes.

c) subordina a resolução ou eficácia do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

d) apenas as chamadas *conditio iuris* podem ser consideradas propriamente como condição.

Questão 52. Marque a alternativa INCORRETA:

a) pendente o negócio de condição resolutiva, a parte já adquiriu seu direito, que poderá ser resolvido caso sobrevenha a condição.

b) no Brasil é correto afirmar que o negócio jurídico pendente de condição suspensiva não impede a produção de eficácia e a aquisição do direito.

c) a condição suspensiva subordina a eficácia do negócio jurídico, que não gera efeitos enquanto não ocorrida a condição.

d) toda condição deve derivar exclusivamente da vontade das partes, pois o Direito brasileiro não reconhece as *conditio iuris*.

Questão 53. Assinale a INCORRETA:

a) os direitos da personalidade não admitem condição.

b) o Direito brasileiro admite o casamento pendente de condição resolutiva.

c) as condições ilícitas invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.

d) as condições imorais não são admitidas pelo Direito Brasileiro.

Questão 54. Assinale a alternativa CORRETA:

a) o termo inicial ou suspensivo também é denominado de termo *a quo*.

b) o termo *ad quem*, também denominado termo resolutivo, fixa a data em que o negócio jurídico começará a produzir efeitos.

c) termo convencional é o que decorre da lei.

d) a condição se difere do termo porque neste (no termo) o evento é futuro e incerto.

Questão 55. Assinale a alternativa CORRETA:

a) em linguagem jurídica termo e prazo são sinônimos.

b) na contagem do prazo civil se inclui o dia inicial e se exclui o dia final.

c) na contagem do prazo penal se exclui o dia inicial e se inclui o dia final.

d) termo e prazo não são sinônimos, pois prazo é o lapso de tempo transcorrido entre dois termos.

Questão 56. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) considera-se meado o dia 15 de cada mês.

b) Na contagem do prazo, se esse cair em feriado, considerar-se-á prorrogado até o dia útil seguinte.

c) Na contagem do prazo, se esse cair num domingo, considerar-se-á antecipado para o sábado anterior.

d) Nos negócios jurídicos para os quais não se estabelece prazo, são estes exeqüíveis desde logo.

Questão 57. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, estado de perigo e

lesão tornam anuláveis os negócios jurídicos;

b) Erro, dolo e coação tornam anuláveis os negócios jurídicos;

c) simulação e fraude contra credores, por serem vícios sociais, tornam nulos os negócios jurídicos.

d) Erro, dolo, coação, fraude contra credores, estado de perigo e lesão tornam nulos os negócios jurídicos;

Questão 58. O erro se difere do dolo porque:

a) no erro as duas partes da relação jurídica estão de boa-fé.

b) no dolo existe uma manifesta desproporção entre as prestações de cada parte.

c) no dolo as duas partes devem estar de boa-fé.

d) no erro uma das partes foi enganada pelo outra.

Questão 59. O erro só invalida o negócio jurídico se for:

a) acidental, inescusável e real.

b) substancial, escusável e real.

c) acidental e escusável.

d) acidental e inescusável.

Questão 60. Assinale a CORRETA:

a) no *dolus bonus* uma parte age com o intuito de prejudicar a outra.

b) o dolo acidental propicia a anulação do negócio jurídico.

c) dolo principal é aquele que foi a causa da realização do negócio jurídico.

d) o dolo principal não acarreta a anulação do negócio jurídico, mas sim a indenização por perdas e danos.